

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESP
Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação - FaBCI

Taís Bushatsky Mathias

Jubiabá: uma construção do realismo socialista no Brasil

São Paulo
2011

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. Uma interpretação marxista sobre a linguagem	5
3. A literatura do proletariado: o surgimento do realismo socialista	7
4. O romance como forma revolucionária	9
5. Tipificação das personagens	13
6. Considerações Finais	15
7. Referências bibliográficas	18

1 INTRODUÇÃO

O marxismo estrutura a Revolução Russa, ocorrida em 1917, alterando completamente as relações socioeconômicas e, paulatinamente, a consciência dos indivíduos sobre si mesmos e sobre o mundo. Sendo assim, grande parte das produções intelectuais contemporâneas e posteriores à teoria marxista, foram fortemente influenciadas por ela.

Os acontecimentos decorrentes da Revolução Russa não se restringiram à Europa, pois os argumentos da filosofia marxista tratam de temas universais a respeito do modo de produção da vida material e do seu reflexo nas relações sociais e, conseqüentemente, nas ciências humanas.

Por isso, o cenário político que se configurou no Brasil em 1930, unido ao já famoso movimento modernista, iniciado na década anterior, propiciou o aparecimento de uma geração de escritores engajados às causas sociais, comprovando a influência dos acontecimentos oriundos na Europa.

A produção desses escritores descentralizou as temáticas sobre o Sudeste Brasileiro, trazidas pelos modernistas, para outras regiões, sendo a nordestina a de maior destaque. A mudança do cenário se deu por uma realidade miserável da população que habitava essa região e pela intenção política das obras, pois, desta forma, era apresentada ao leitor a existência de classes oprimidas pelas oligarquias.

Simbolizaram, desta forma, a desigualdade social acentuada que atingia um grande contingente populacional, e o argumento real para erigir a luta de classes. A intenção de consolidar na literatura um escopo sócio-político foi estruturada sobre as ideologias socialistas migradas da União Soviética.

Além da nova abordagem dada pelo grupo de escritores e intelectuais, houve o resgate do romance como a forma eleita para retratar a prosa neo-realista que produziam. Algumas obras que consagraram esse período foram “O Quinze”, de Rachel de Queirós, “São Bernardo”, de Graciliano Ramos, “O País do Carnaval”, de Jorge Amado e “Menino de Engenho”, de José Lins do Rego. Foram contemporâneas as importantes contribuições da literatura sociológica, como “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda e “Casa-Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre.

Desta nova configuração da literatura brasileira, houve um escritor que dedicou parte de sua carreira para compor obras que evidenciaram sua disciplina e fidelidade aos princípios políticos do partido em que era militante, o Partido Comunista, sendo algumas de suas produções caracterizadas como romance proletário. Foi Jorge Amado quem escreveu tais histórias, entre elas, o romance “Jubiabá”, que será analisado neste ensaio.

A fim de investigar o quanto a ideologia marxista estava presente na produção literária brasileira, no início do século XX, este estudo busca esclarecer as influências do pensamento sociológico na obra de Jorge Amado, escrita poucos anos após os acontecimentos revolucionários na Rússia.

A primeira questão proposta é uma formulação da estudiosa Marina Yaguello, presente na introdução da obra de Bakhtin (com contribuições de Volochínov), “Marxismo e filosofia da linguagem”, que é pertinente aos temas deste trabalho. As demais surgiram durante o percurso da pesquisa, como ecos das leituras realizadas. Dada a abrangência do tema, torna-se importante esclarecer as questões que funcionaram como fio condutor para a realização das análises: “Sendo o signo e a enunciação de natureza social, em que medida a linguagem determina a consciência, a atividade mental; em que medida a ideologia determina a linguagem?” (BAKHTIN, p.13, 2006); “Como isso ocorre na obra de Jorge Amado?”; “Quais são os mecanismos para reconstruir a linguagem, de modo que ela fique a favor da ideologia?”; “Que simbologias, contidas na obra “Jubiabá”, poderiam reafirmar os diversos discursos sociais e registrar historicamente essa reconfiguração da linguagem, posterior ao surgimento do marxismo?”.

De certa maneira, todas as questões levantadas surgem de certo olhar observador sobre a metamorfose formal e de conteúdo que pode ser verificada na história da literatura, mais especificamente, a modificação do Modernismo para a literatura engajada. Em algum momento, houve um desvio entre a intenção de se fazer literatura dos modernistas e da nova geração de 1930. Obviamente, os “sucessores” não se desfizeram das conquistas trazidas pelos participantes da Semana de 22; pelo contrário, agregaram algo novo que transformou substancialmente a produção da literatura.

O grande objetivo deste ensaio é descobrir o que é esse “algo novo”, qual a sua origem, se ele está engendrado em “Jubiabá” e que nova relação Jorge Amado quis estabelecer com o leitor para que reformasse a ordem literária vigente.

2. Uma interpretação marxista sobre a linguagem

Em 1846, foi concluído o manuscrito “A ideologia alemã”, por Karl Marx e Engels. Nesta obra, os filósofos criticaram as ideias do grupo de intelectuais conterrâneos, que receberam a alcunha de ideólogos, pelo modo como acreditavam ser a consciência oriunda exclusivamente dos indivíduos, entre outras concepções idealizantes.

Marx e Engels utilizaram muitos conceitos de Hegel e Feuerbach, os ideólogos, não só para negá-los, mas também para complementar seus estudos modificando, apenas, o que não condizia com as concepções materialistas que possuíam sobre a história da humanidade, e sobre o entendimento acerca dos novos paradigmas trazidos pela ascensão da classe burguesa e pelos prenúncios da Revolução Industrial.

O materialismo histórico, um dos conceitos mais importantes da obra acima citada, é o argumento que estrutura as afirmações dos filósofos sobre as relações sociais, políticas e culturais dos indivíduos. Grosso modo, o conceito é formulado por Engels e Marx a partir de um breve levantamento dos tipos de sociedade que marcam momentos distintos da história da humanidade, em que os filósofos justificam a mudança do esquema da organização social por sua relação com o modo de produção material existente na mesma. Ou seja, desde a divisão do trabalho até a linguagem e outras simbologias culturais, são construtos sociais que, por sua vez, são determinados pelos fatores materiais. Visto de outra forma – e pelo avesso da concepção dos “ideólogos”- são as condições materiais de existência e sobrevivência do homem que determinam a sua consciência e conformam as suas ideias.

Assim, é explicitado pelos criadores do materialismo histórico o ponto cego, onde não se enxerga a relação entre as ideias e o modo de produção,

A consciência, prossegue o texto de *A Ideologia Alemã*, estará indissolúvelmente ligada às condições materiais de produção da

existência, das formas de intercâmbio e de cooperação, e as ideias nascem da atividade material. Isto não significa, porém, que os homens representam nessas ideias a realidade de suas condições materiais, mas, ao contrário, representam o modo como essa realidade lhes *aparece* na experiência imediata. Por esse motivo, as ideias tendem a ser uma representação invertida do processo real, colocando como origem, ou como causa, aquilo que é efeito ou consequência, e vice-versa. (CHAUÍ, p. 25, 1980).

Segundo Chauí, é a concepção de que as ideias são autônomas, ou seja, anteriores e superiores à práxis, que comprova o cerne revolucionário da obra de Marx e Engels. Somente com essa alienação é possível o aparecimento da ideologia. Apenas desta forma é possível crer em uma ideia que comanda as ações, e não o contrário, sendo as ações os efeitos do modo de produção da sociedade.

Quando Bakhtin fala que “Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico” (BAKHTIN, p. 36, 2006), ele explicita exatamente essa formulação de ideias que parecem ser independentes, mas que sempre simbolizam ou possuem sua raiz no mundo real, ou seja, o conjunto de ideias formulado pelos intelectuais – sujeitos que não participam da produção material da sociedade – são representações do mundo real em forma de ideias, que, por sua vez, possuem signos que as representam e veiculam, de maneira que a sua configuração normalize as ações humanas, como se fossem desvinculadas e descobertas por estes pensadores. A ideologia “representa a maneira como os homens exercem seus papéis na sociedade de classes, os valores, as ideias e as imagens que os amarram às suas funções sociais [...]”. (EAGLETON, p. 36, 2011).

O filólogo e historiador alemão, Mikhail Bakhtin vai, então, aplicar os conceitos marxistas especializando seu olhar sobre um signo fundamental na sociedade: a linguagem, a palavra, pois diz ser esse o “abrigo”, a manifestação mais original da consciência em forma de signo, de maneira que a função dessa metamorfose formal (da ideia para o signo) esteja sempre explícita: a materialização da comunicação entre os indivíduos em determinado grupo social.

Outra qualidade da palavra, percebida pelo filósofo da linguagem, foi sua neutralidade quando aplicada a qualquer função ideológica, pois é utilizada na estética,

na ciência, na moral, no direito, etc., além de seu uso em uma esfera ideológica que não pode ser determinada, “a comunicação na vida cotidiana” (BAKHTIN, p. 37, 2006).

É importante ressaltar que essa percepção não é criação de Bakhtin; o próprio socialismo, fundamentado sobre a filosofia marxista já trabalhava com as manifestações do signo, da palavra, para veicular a ideologia bolchevique, partido que liderou a Revolução Russa.

3 A literatura do proletariado: o surgimento do realismo socialista

O nascedouro da literatura escrita para disseminar as causas do proletariado e reforçar a importância em exterminar qualquer influência cultural burguesa foi consolidada na Rússia pós-revolucionária.

De maneira distinta ao que houve no Brasil, na Rússia foi decretada uma lei, em 1928, que impossibilitava a literatura possuir qualquer influência da burguesia, devendo servir aos interesses do Partido.

Torna-se evidente que o poder político da Rússia reconhecia a potência contida na função ideológica da palavra, o que ela representava para o povo, e o quão influente poderia ser se difundida socialmente.

Já no Brasil, as insurreições de caráter socialista, ocorridas contemporaneamente às conquistas na Rússia, eram combatidas pelo Estado controlado pelas elites e, posteriormente, ditatorial, sob o comando de Getúlio Vargas. As manifestações literárias que apoiavam o Partido Comunista eram a contra-cultura brasileira, enquanto na Rússia existiam com a proteção da lei, como um dever do escritor produzir obras com tal caráter, e um dever da população consumi-las.

O partido bolchevique, liderado por Stálin, impunha temáticas relacionadas ao proletário, representado como herói da nação; eram características fundamentais nos romances, que afirmavam de maneira contundente os dogmas da Proletkult – órgão governamental russo criado para controlar as manifestações artísticas, afastando temáticas burguesas e impondo outras, voltadas aos interesses da nova ordem política.

O insucesso do estabelecimento institucionalizado de uma produção cultural a favor do Estado russo provocou os resultados esperados quando a liberdade de expressão é controlada por uma conduta ditatorial. Por outro lado, é fundamental reconhecer que esse empenho em controlar a forma e o conteúdo literários proporcionou o aparecimento de uma nova escola: o realismo socialista. A inovação estética e conceitual não foi uma expressão exclusivamente soviética, apareceu em outros lugares do mundo, com força e de maneira polêmica.

Terry Eagleton, em seu livro “Marxismo e crítica literária”, diz que os escritores do realismo socialista eram seguidores da filosofia marxista, porém, o próprio Marx discordava da construção da literatura que estava sendo feita,

Para Plekhánov, era possível traduzir a linguagem da literatura para a da sociologia [...]. O escritor traduz os fatos sociais para fatos literários, e a tarefa do crítico é a de convertê-los para fatos sociais novamente [...]. Segundo o mesmo autor [...], o escritor reflete a realidade ao criar ‘tipos’; ele expressa uma ‘individualidade histórica’ em seus personagens, em vez de retratar apenas a psicologia individual. (EAGLETON, p. 83, 2006).

A tipificação do indivíduo – conceito que será aprofundado, posteriormente, para a análise de “Jubiabá” – é um recurso utilizado para a construção das personagens no realismo socialista, de maneira que a literatura se tornasse “um instrumento de desenvolvimento social” (EAGLETON, p. 82, 2006). Desta forma, as virtudes e os defeitos, delimitados e encarnados como personagens das histórias, constroem, paulatinamente, os novos padrões de conduta do sujeito, funcionando como um “espelho da sociedade”.

Em algumas obras, Marx discorda da visão utilitarista da literatura, como mais tarde foi considerada pelo realismo socialista. Segundo Eagleton, o filósofo possuía um gosto pessoal pelas obras revolucionárias, de caráter realista e satírico, mas acreditava que a literatura era mais que um ofício ou um instrumento, pois considerava fundamental o impacto estético da obra, sem distinguir essa qualidade de sua função social, como era feito pelos defensores do realismo socialista.

Já Engels acreditava que a literatura poderia conter traços da essência socialista, mas que não deveria existir um estilo que rebaixasse o caráter único das causas do

proletário para um romance “clichê”. Ele acreditava em que as personagens não deveriam ser tipificadas, mas sim, verticalizadas, justificando, dessa forma, a crítica negativa à superficialidade do estilo imposto na Rússia. O filósofo acreditava que a literatura deveria apresentar a causa proletária de maneira sutil, para levantar questionamentos para o leitor burguês, mas de maneira gradual, sem agregar um caráter de pregação à obra.

Em cada acontecimento acerca da literatura produzida na Rússia pós-revolucionária, conseguimos encontrar um paralelo com os estilos literários dos autores simpatizantes, e até militantes, do Partido Comunista brasileiro.

O escritor Graciliano Ramos, contemporâneo de Jorge Amado, com sua obra “São Bernardo”, possui um estilo semelhante ao que Engels acreditava ser uma boa literatura, pois traz questões sobre a propriedade e a privatização do capital relacionadas à desgraça moral e econômica do indivíduo. Entretanto, o autor não se esquece da parte psicológica de cada personagem, como a questão do ciúme, tratada de maneira parecida à história de “Dom Casmurro”, escrita por Machado de Assis.

Esse é o estilo que não é encontrado em “Jubiabá”, que por sua vez, corresponde mais às características do realismo socialista, pois Jorge Amado constrói suas personagens de maneira tipificada oferecendo ao leitor a intensificação sobre as ações sociais, e torna amena sua identificação com as causas singulares das personagens. A intenção do autor é fazer com que o leitor se identifique com as causas sociais e não com a subjetividade da personagem. Por isso, é percebida, na descrição, a elaboração de tipos com grande destaque, se comparados com a presença de reflexões isoladas de Balduino ou da construção de questões que individualizam a *persona* do protagonista.

4 O romance como forma revolucionária

Eleito como predileta pelos literatos do início do século XX, o romance foi adotado para veicular as ideias do realismo soviético. A escolha da forma é um elemento fundamental para compreender o impacto da literatura no âmbito social.

A primeira consolidação do romance ocorreu em um momento de revolução, em que a burguesia – classe social que posteriormente defenderá valores antagônicos à produção do romance socialista – ascendia e se fortalecia perante o despotismo esclarecido da nobreza decadente. Isso comprova a fala de Bakhtin quando diz que “os grandes destinos históricos do discurso literário, ligados aos destinos dos gêneros, foram encobertos pelos pequenos destinos das modificações estilísticas ligadas a artistas e tendências individuais”. (BAKHTIN, p. 71, 1988). Isto é, a investigação acerca da essência do romance parte da observação de sua aplicabilidade em diferentes momentos históricos, diferenciando os aspectos gerais dos recursos estilísticos utilizados pelo autor.

O romance, segundo Lukács, assim como outros estilos literários, é caracterizado “como uma necessidade histórico-social” (LUKÁCS, p. 53, 1965), e pelo modo com o qual o autor constrói a escrita, que nada mais é do que o caráter estético. O teórico aprofunda sua análise a partir de dois comportamentos do autor: o narrar, modo que qualifica positivamente a literatura, e o descrever, modo com o qual a obra pode assumir um caráter falso e superficial, distanciando-se das verdadeiras questões da humanidade. Portanto, a compreensão acerca da forma do romance, desenvolvida pelo intelectual húngaro, foi feita, principalmente, a partir das obras de Emile Zola – autor expressivo no Naturalismo francês, momento posterior ao romance burguês – nas quais a predominância do método descritivo

(...) não proporciona, pois, a verdadeira poesia das coisas, limitando-se a transformar os homens em seres estáticos, elementos de naturezas mortas. As qualidades humanas passam a existir umas ao lado das outras e vêm descritas nesta compartimentalidade, ao invés de se realizarem nos acontecimentos e manifestarem assim a unidade viva da personalidade nas diversas posições por elas assumidas, bem como suas ações contraditórias. (LUKÁCS, p. 75, 1965).

A representação do ser, nas obras em que há predominância descritiva, se configura como um “produto” do contexto social, perdendo o valor humano que, por sua vez, é determinado pela narração da multiplicidade das reações humanas na práxis. A descrição superficial das questões fundamentais aos indivíduos tem como consequência à perda estética, perceptível pelo modo de leitura desinteressada do

público. A reação contrária a esta seria o despertar da curiosidade pela desenvoltura das personagens que reagem, no enredo da prosa, conforme os acontecimentos. A narração tece a vida íntima de cada uma delas juntamente aos fatores sociais, transformando-as em personagens complexas e, portanto, representantes verdadeiras da complexidade da vida real.

A proximidade entre o romance produzido no Naturalismo e o romance soviético foi percebida por Lukács, a partir da verificação da predominância descritiva nas obras produzidas nesses dois momentos da história da literatura. Segundo Eagleton, o teórico explica a fragmentação da complexidade humana na literatura da seguinte maneira:

Para o Lukács os maiores artistas são aqueles que conseguem capturar e recriar a totalidade harmoniosa da vida humana. Em uma sociedade em que o geral e o particular, o conceitual e o sensual, o social e o individual estão cada vez mais dissociados pelas 'alienações' do capitalismo, o grande escritor reúne-os dialeticamente em uma totalidade complexa. (EAGLETON, p. 56, 2011).

No romance "Jubiabá", a estrutura da obra assemelha-se com as produzidas no realismo socialista, em que Jorge Amado e os escritores soviéticos valorizam o engajamento político como funcionalidade principal da literatura, ou seja, asseguram o "modelo naturalista do romance-documentário [...]" (LUKÁCS, p. 86, 1965). Sendo assim, mesmo com todos os esforços da União Soviética, refletidos na obra amadiana, em superar os vestígios capitalistas da produção literária, ela não obteve sucesso, pois a fragmentação e superficialidade comprovam sua permanência.

O sucesso ao compreender e desvendar a essência humana através da literatura seria o despertar da curiosidade nos leitores, ao notarem como o contexto social influencia em questões universais como: "o que é o certo?", "o que é o bom?", "o que é a justiça?". E, também como essas questões, levam o homem a transformar seu meio, deslocando-se do estado de alienação, condição produzida por essa fragmentação.

Ao analisar as construções amadianas das personagens, é evidente o emprego do método descritivo em excesso, que compõe a trivialidade superficial da história quando Antônio Balduino, o protagonista de Jubiabá, irrompe na história com seu temperamento, desde a infância, arruaceiro, e elegendo como seus exemplos, a valentia do pai cantada em um ABC, a vagabundagem e malandragem de Zé Camarão,

ao viver da música e da sedução. Esses aspectos são apresentados e colocados de maneira horizontal, sem apresentar outra explicação para que a personagem tivesse eleito esses e não outros exemplos de comportamento, a não ser a negação da concepção escrava que possuía acerca da relação de trabalho que maioria dos indivíduos que viviam na comunidade do Morro do Capa-Negro possuía em seus empregos. A questão acerca da liberdade possui apenas o viés social, não há uma discussão dialética a respeito da mesma, de maneira que assuma um viés mais amplo, de caráter existencial.

A indigência, a relação com o trabalho e com o misticismo da religiosidade representada pela figura de pai Jubiabá, são também justificadas pelo viés social, e na segunda parte da história desmistificadas, pelo envolvimento de 'Baldo' com o movimento revolucionário.

O momento em que Jorge Amado conseguiria aprofundar no romance um questionamento mais individualizado é quando Balduíno começa a refletir sobre o suicídio de duas personagens e sobre a interrupção da vida; mas ela é logo superada por outro acontecimento, sem dar tempo para que a curiosidade do leitor ascenda, para que este consiga indagar acerca da fugacidade da vida e do sentido que ela possui para os homens que vivem controlados por um sistema econômico e social hostil.

Porém, essas questões são secundárias no romance, despontam, mas logo desaparecem em meio a outros acontecimentos, desvalorizando as intenções humanas, os sucessos e fracassos das personagens, que não são verticalizadas, ou seja, não representam o desenvolvimento orgânico da vida real, em que o homem se modifica, distinguindo os momentos da evolução da personagem, movimento contrário ao que há no romance: o nivelamento dos acontecimentos.

Segundo Lukács,

(...) a perda da significação íntima das coisas, e por conseguinte o ordenamento e da seleção épica, não se limita ao nivelamento indiferenciado e nem à transformação do reflexo da vida em natureza morta. A representação e caracterização dos homens e objetos de acordo com a experiência sensível imediata é uma operação que possui a sua própria lógica e um modo seu, específico, de distribuir os acentos e realces. (LUKÁCS, p. 66, 1965).

Jorge Amado, então, utiliza a literatura de maneira funcional. O escritor descreve a vida de um homem, nascido no coração da Bahia, justificando as ações das personagens como produto da realidade social desumanizadora, produzida, por sua vez pelo capitalismo. Assim, atinge a função almejada: escrever ideias apologéticas ao socialismo.

O engrandecimento literário fica em último plano, pois a obra possui para Amado um caráter social em que não representa o homem integralmente, mas somente sua faceta revolucionária engajada, tornando o trecho de “Jubiabá” esvaziado de realidade, e preenchido, apenas, pela intenção em incentivar as classes trabalhadoras para a revolução social. Ao enxergar a produção amadiana por este viés, de certo modo torna-se um romance ingênuo, pois o caráter humanizador das grandes questões trazidas pela literatura – que aparecem empalidecidas na obra – contribui fundamentalmente para combater a alienação trazida pelo capitalismo.

5 Tipificação das personagens

A tipicidade no romance, conceito também analisado por Lukács, é um recurso elaborado pelo escritor para que as formas “típicas” de determinado momento histórico se entrecruzem com a história individual das personagens.

“Lukács chama de ‘típicas’ as forças latentes em uma determinada sociedade que são, do ponto de vista marxista, as mais progressistas e significativas historicamente, que revelam a estrutura e a dinâmica interna dessa sociedade”. (EAGLETON, p. 57, 2011).

No romance “Jubiabá”, Jorge Amado constrói alguns personagens que possuem essa função simbólica. Um deles é o herói Antônio Balduino, que retrata em toda sua trajetória anterior ao movimento grevista, o malandro alienado às causas sociais, que associa o trabalho à servidão, classificando os trabalhadores como uma classe de homens fracos, sendo ele a representação da valentia e da revolta em combate àqueles que tentam coibir sua liberdade.

Outras três figuras que se destacam como símbolos dos aspectos importantes da estrutura social no romance são: o pai de santo Jubiabá, que representa a cura paliativa dos males da sociedade mediante a religião; Gustavinho, o filho de Lindinalva, que representa o estímulo para as melhoras trabalhistas da classe proletária – pois é a sobrevivência e melhoria das condições de vida da nova geração, que personificam o triunfo das conquistas dos trabalhadores –; e, por fim, os industriais e os proprietários dos meios de produção, que representam a força do capital, e que, na história, constituem a resistência antagônica aos esforços do herói, gerando desta forma o combate, símbolo da luta de classes.

Porém, a abordagem da tipicidade em “Jubiabá” ocorre de maneira superficial, característica dos romances folhetinescos, que têm por objetivo “difundir a mensagem partidária” (DUARTE, p. 77, 1996), que, no caso, é própria da influência da ideologia veiculada pelo Partido Comunista, através da produção amadiana.

A abordagem complexa acerca da tipicidade, à qual Lukács se refere, é o caráter íntimo agregado à composição ‘típica’ das personagens, para tornar a história mais realista. No romance de Amado, as ações desempenhadas pelas personagens citadas anteriormente, e os contextos em que estão inseridas, parecem exagerados e repentinos como, por exemplo, a transformação de Balduino de alienado a grevista consciente da condição exploratória da classe em que está inserido. A construção feita pelo escritor baiano para explicar a mudança de valores e comportamentos da personagem, se deve a fatos exclusivamente sociais, desconsiderando o âmbito psicológico da mesma. O negro “Baldo” questiona, apenas, por que Jubiabá, símbolo para ele de sabedoria, não havia lhe contado sobre o poder dos trabalhadores unidos. Porém, a reflexão do protagonista tem uma funcionalidade dentro do romance, de afirmar que a religião é mais um instrumento de alienação, e que não é capaz de auxiliar na conscientização do homem. Ou seja, não há um questionamento mais íntimo, próprio de um indivíduo que existe, pois as personagens são construídas com um fim. Não há, para “Baldo”, outras dúvidas quanto à relação entre engajamento social e religião, apenas uma que é, prontamente, respondida no romance, sem abrir outras arestas para a dúvida existencial, tão característica do ser humano.

A tipificação, feita deste modo, não foi um argumento para que a literatura lançasse ao leitor questões para que refletisse sobre sua própria existência, mas sim, para simplificar as personagens fazendo com que o leitor tomasse para si, de maneira pronta, a forma como o proletário deveria se comportar.

O livro de Amado assume esta função desde a primeira cena, em que prenuncia, simbolicamente, qual será o eixo central de toda a história e sua resolução: a luta entre o marginalizado que representa as massas oprimidas, Antônio Balduino; e Ergin, o alemão, que por sua nacionalidade europeia, representa o capital, a minoria que detém os meios de produção. As personagens se enfrentam numa violenta luta de boxe, em que as massas acompanham seu líder, que fraqueja durante a luta, mas termina vencedor.

6 Considerações Finais

O percurso do estudo, se retomarmos as questões iniciais propostas na introdução, conseguiu procurar abranger de maneira objetiva alguns aspectos da produção de Jorge Amado, em sua fase engajada no âmbito político e social.

Primeiramente, é importante lembrar que o autor faz parte da geração de 1930, continuando o processo iniciado pelos modernistas em 1922, com o intuito de revolucionar a produção artística para romper paradigmas que já não condiziam com a identidade brasileira, mas sim de um pequeno grupo, a burguesia agrária e, posteriormente a industrial.

O rompimento com a burguesia através da arte se tornou fundamental para muitos escritores e intelectuais, que se envolveram diretamente com os sociólogos, para compreenderem as particularidades do Brasil e de sua população. Por isso, a influência das obras dos contemporâneos Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire contribuiu para a afirmação do viés político na literatura.

Além disso, outros acontecimentos estimularam a produção literária a criticar os sistemas econômico e político vigentes. Foram eles a Revolução Russa, a disseminação das ideias marxistas, a consolidação do Partido Comunista no Brasil, e o

início do governo de Getúlio Vargas que permitiu, entre outras coisas – e apesar de suas contradições- algumas reformulações nas relações trabalhistas.

A reconfiguração paulatina do cenário político, econômico e social do maior país da América Latina possibilitou a reflexão sobre as mudanças na esfera cultural. Porém, esta já não estava mais sob o domínio da minoria letrada, pois a consciência das classes sociais mais marginalizadas poderia ser trabalhada para que se adaptassem às novas estruturas com autonomia e maior controle sobre as condições em que subsistiam, lutando por melhores condições de vida e trabalho.

É desta forma que a literatura amadiana, desse período, contribuiu, de maneira panfletária, auxiliando mediante as histórias das personagens, a compreensão dos fundamentos das ideias modernas de Marx e Engels, aplicadas à realidade baiana e, por extensão, brasileira.

A obra Jubiabá possui uma funcionalidade que desconsidera outros aspectos importantes, sob uma análise estética, inerentes à literatura. A produção artística da humanidade, como foi visto nos tópicos anteriores, é um construto social mesclado das ideologias presentes em determinado momento histórico, assim como a linguagem.

O romance de Amado absorveu o estilo desenvolvido em território soviético, o realismo socialista, em que a veiculação dos males trazidos pelo sistema capitalista era mais importante do que a discussão dos valores dos homens e como se relacionavam com as crenças e mudanças sociais.

O caráter fragmentário de tal estilo, ao separar a problemática social da consciência individual das personagens, foi consequência do esvaziamento trazido por formas literárias produzidas em momentos históricos anteriores, como a abordagem da vida monótona da burguesia, nos romances burgueses, ou no Naturalismo em que o conteúdo das obras era feito de maneira quase científica, partindo de uma descrição fria dos fatos sociais, sem se preocupar com a verticalização das personagens.

Mesmo assim, “Jubiabá” possui um valor único na literatura brasileira por ter oferecido ao leitor a experimentação de tal estilo. O conteúdo do romance defende com força os ideais daquele momento histórico, que repercutiam no mundo, e sinalizavam a revolução que abalou o sistema capitalista.

Desta forma, a história de Antônio Balduino é a defesa explícita dos direitos humanos e a prova de que Jorge Amado acreditava neles, pois “Quem acredita nos direitos humanos procura transformar a possibilidade teórica em realidade, empenhando-se em fazer coincidir uma com a outra”. (CANDIDO, p. 237, 2005). Assim, mesmo que fictícia, o escritor baiano trouxe para a realidade do romance, uma história em que as classes exploradas constroem a sua voz unindo-se umas às outras, e foi permitido a todos os indivíduos que adentrassem esse universo ficcional, um direito inalienável, a capacitação que a literatura permite ao “dar forma aos sentimentos e à visão de mundo [...] [pois] nos liberta do caos e portanto nos humaniza”. (CÂNDIDO, p. 256, 2005).

7 Referências Bibliográficas

AMADO, J. **Jubiabá**. 42 ed. Rio de Janeiro: Record, 1982. 331 p.

BAKHTIN, M. ; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 203 p.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. 126 p. (Coleção Primeiros Passos).

EAGLETON, T. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 149 p.

RAMOS, G. **São Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 2003. 224 p.

LUKÁCS, G. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 235 p.

DUARTE, E. A. **Jorge Amado: romance em tempo de utopia**. Rio de Janeiro: Record, 1996. 277 p.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre o Azul, 2005. p. 235 – 263.